

MINAS E UM DESFECHO PARA O ESTADO NOVO: NOTAS SOBRE O "MANIFESTO DOS MINEIROS" (24/10/43) *

Sheila Brandão Baggio
Profª do Deptº de História FAFICH/UFMG

É nossa intenção com este ensaio, tecer alguns comentários sobre o "MANIFESTO DOS MINEIROS" datado de 24 de outubro de 1943, o qual se contrapõe ao Estado Novo então em vigor. Interessa-nos resgatar, essencialmente, o substrato de idéias vigentes na época e as que vieram a constituir-lo, as circunstâncias em que foi produzido e por quem. Importa ainda avaliar quais eram os seus destinatários. Teceremos por fim algumas considerações sobre seu significado e repercussões.

QUADRO GERAL DA ÉPOCA

A Revolução de Outubro de 1930 inseriu-se no marco proposto pelos políticos oligarcas dissidentes e seus aliados, os tenentes. Propugnava por uma reforma política e por mudanças sociais. Essa proposta deveria se expressar na prática, por uma redefinição das relações de poder entre o governo central e os governos estaduais, com a eventual substituição dos detentores do mando político que não se adequassem à nova ordem de coisas, e por medidas visando à incorporação das massas urbanas à vida política e aos ganhos oriundos da nova etapa de desenvolvimento econômico que se prenunciava. Em termos mais genéricos, diríamos que a Revolução de 1930 inaugurava o processo de nacionalização da política no Brasil.

Contudo, tão logo se instalou o Governo Provisório, ficou patente a heterogeneidade do grupo de detentores do poder político, que compreendia desde velhos oligarcas até os tenentes e cujas aspirações englobavam, contraditoriamente, uma redistribuição do poder oligárquico e a superação da política oligárquica tradicional.

* Trabalho apresentado no VIII Seminário de Estudos Mineiros - O Estado Novo em Minas - promovido pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, e realizado entre 01 a 03 de outubro de 1985.

Os anos que se seguiram ao movimento de outubro de 1930 foram marcados pela disputa, dentro do bloco de poder, a qual, embora matizada em inúmeros conflitos, poderia ser resumida, em grandes linhas, na investida do poder central sobre as hegemonias estaduais e na reação a essa investida.

Como se sabe, desse embate resultou a existência do Estado Novo que vigorou no país de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945, com a preponderância de um Executivo federal forte sobre os interesses estaduais.

Já em 1930, a Aliança Liberal se propunha, com seu programa, acabar com a contradição entre os princípios liberais e a prática política brasileira, lutando por uma democracia formal, que incluía o voto secreto, a representação dos interesses das minorias, a independência da magistratura, resumidos no lema: "*Representação e Justiça*". Tal proposta, oriunda de setores dissidentes das oligarquias e do movimento tenentista, encontrou boa acolhida junto aos setores médios urbanos, na medida em que continha em seu bojo uma perspectiva de reforma política ao lado da manutenção do status quo. Era corrente na época e mesmo em momentos anteriores - na chamada República Velha - que se fossem banidos os políticos corruptos, a contradição entre teoria e prática política estaria superada. Porém, nem todos consideravam o problema sob esse prisma. Já na década de 20 intelectuais como Oliveira Vianna afirmavam a impossibilidade de existência de um sistema político liberal sem uma sociedade liberal. Havia ainda a crença de que não existia um caminho natural para se chegar a uma ordem liberal. Para tanto, era necessário um autoritarismo instrumental. (1)

Assim, em um país que se tornara independente mediante uma "*estratégia semi-liberal*" e onde prevalecera até os anos 60 do século XIX um "*ecletismo*" ideológico depois substituído pela influência preponderante do positivismo as idéias liberais, consagradas pela Constituição Republicana de 1891, viam-se confrontadas com uma prática que as desvirtuava, se comparadas com seus parâmetros europeus.

Tal descompasso expressava internamente "*o ajustamento do capitalismo brasileiro ao compasso da música internacional*". (2)

O Estado Novo veio dar forma ao Estado pretendido pelos autoritários instrumentais. Contudo, com o passar do tempo, ficou claro que nem a elite dirigente - que vira no novo regime uma forma de obter unidade nacional, incorporação ordeira de novos setores e modernização institucional - se mostrou atraída pela concepção "*transitória*" de autoritarismo, nem foram tomadas medidas no sentido da liberalização da sociedade.

Dessa maneira, o ano de 1942 é exemplar como momento de agudização de uma crise de legitimidade do regime instituído em 1937. Nessa ocasião está no auge a campanha contra o Facismo e o Nacional-Socialismo, assim como um empenho generalizado pela entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, em apoio aos aliados e às idéias democráticas. Unem-se a tendência liberal e as forças ligadas à democracia popular em torno desse projeto.

É importante lembrar também que, em janeiro de 1943, foi criada a Sociedade dos Amigos da América, da qual faziam parte civis - ligados às oligarquias oposicionistas - e militares. Essa entidade, que se expandiu rapidamente por outros Estados era baluarte dos interesses aliados e sintoma de quebra da unidade militar em torno de Góes Monteiro e Dutra. Foi reativada também nessa ocasião, a Liga de Defesa Nacional, criada em 1915, e na qual liberais e comunistas lutaram contra os elementos da 5ª Coluna e apoiaram os Aliados.

Porém, a partir do ingresso do Brasil no conflito, em agosto de 1942, essas duas linhas de pensamento e ação começaram a se afastar. A clivagem se deu em torno da figura do ditador Getúlio Vargas. As forças populares, lideradas pelo Partido Comunista Brasileiro, passaram a apoiar Vargas enquanto para os liberais, ele pretendia fazer uma aliança entre a burguesia industrial e o proletariado, excluindo as elites tradicionais e os setores médios. "*Sob a ótica liberal, Vargas havia descrito a ordem natural das coisas prescrevendo a Liberdade em nome da Ordem. Agora, preparava-se para subvertê-la.*" (3)

AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE O DOCUMENTO FOI ESCRITO

Há diversas interpretações sobre as circunstâncias que deram origem ao "Manifesto dos Mineiros", dado a público em 24 de outubro de 1943, exatamente treze anos após a derrubada de Washington Luís. A primeira edição do documento foi efetuada em Barbacena, sob a supervisão de Aquiles Maia, um dos signatários. Depois, "grandes embrulhos misteriosos (foram) levados, com precaução por portadores de confiança para todos os Estados".⁽⁴⁾

Afonso Arinos de Melo Franco, em seu livro de memórias "A alma do tempo" se atribui a idéia do Manifesto.⁽⁵⁾ Carolina Nabuco, biógrafa de Virgílio de Melo Franco, faz referência a memorial, lançado por liberais argentinos que considera como sendo a provável fonte inspiradora da iniciativa.⁽⁶⁾ Bruno de Almeida Magalhães, em livro que escreveu sobre Arthur Bernardes, refere-se a banquete oferecido a Pedro Aleixo no Rio de Janeiro, em 02 de setembro de 1943, como sendo a ocasião onde nasceu a idéia do Manifesto.⁽⁷⁾

Em declarações feitas ao "Estado de Minas" por ocasião de mais um aniversário do lançamento do Manifesto, em 24/10/1972, Pedro Aleixo confirmava essa versão esclarecendo que ocorria naquela época na capital federal, uma conferência de juristas brasileiros sob a presidência do Instituto da Ordem dos Advogados. Dela participavam também membros do governo que, no entender de Aleixo, tinham o intuito de obter aceitação para a Carta outorgada por Vargas em 10/11/1937. Houve resistência aos propósitos oficiais e as delegações de Minas, São Paulo, Distrito Federal e Bahia resolveram deixar a conferência. No dizer de Pedro Aleixo "porque a intervenção oficial estava perturbando o debate livre e a censura da imprensa não permitia a divulgação das conclusões liberais que estavam sendo aprovadas".⁽⁸⁾

Em desagravo ao chefe da delegação mineira foi-lhe oferecido um almoço, organizado por Adauto Lúcio Cardoso, Dario de Almeida Magalhães, Virgílio de Melo Franco, Castilho Cabral e outros, tendo como orador o advogado Sobral Pinto.

Segundo Aleixo, após este encontro os mineiros começaram a se entender sobre o Manifesto, tendo participado de uma primeira reunião: Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos, José de Magalhães Pinto, Luís Camilo de Oliveira Netto e o próprio entrevistado. Foram produzidos então, dois textos – um escrito por Odilon Braga, outro por Daria de Almeida Magalhães. (A propósito, Carolina Nabuco sustenta que os textos originais eram três, cabendo a Virgílio de Melo Franco, a autoria do terceiro).⁽⁹⁾ Esses esboços foram então remetidos a Belo Horizonte para a leitura crítica de Milton Campos. Voltaram ao Rio e foram fundidos em um só texto por Virgílio. Milton Campos fez, posteriormente, as observações finais.

SIGNATÁRIOS E NÃO-SIGNATÁRIOS DO "MANIFESTO DOS MINEIROS"

Sérgio Miceli em "Carne e Osso da elite política brasileira pós-1930"⁽¹⁰⁾, descreve sucintamente o quadro da política mineira pós-30 apontando o declínio do PRM e do Bernardismo, e a presença dos chamados "Jovens Turcos" – Gustavo Capanema, Francisco Campos, Amaro Lanari, Mário Casassanta, Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, entre outros, futuros membros do Partido Social Democrata.

O Estado Novo implicou na desmontagem dos grupos dirigentes estaduais e, para Miceli, esta é uma das razões determinantes da oposição desses grupos ao governo Vargas.

Vê portanto os signatários do "Manifesto dos Mineiros" como aqueles excluídos das benesses do oficialismo, em função da recomposição de forças e alianças estaduais e federais.

Movidos por sua hostilidade a Vargas, os componentes desse grupo tinham a união dos laços de solidariedade econômica, homogeneidade social, identidade intelectual.

É ainda Miceli quem lembra que os signatários do "Manifesto dos Mineiros" nasceram, em sua maioria, entre 1890 e 1910, membros de ilustres famílias de Minas, ligadas tradicionalmente ao desempenho de funções políticas e administrativas, à prestação de serviços jurídicos e à produção intelectual e científica.

Eram diretores, acionistas, executivos, consultores jurídicos e altos funcionários de grupos financeiros privados que detinham o controle de bancos comerciais de Minas e do Distrito Federal, de empresas privadas e companhias de seguros. Os bancos eram quase todos originários da República Velha, a partir da experiência das casas comissárias de Santos e do Rio mas, sediados na capital do país e em Belo Horizonte. Os investimentos se concentravam no setor financeiro, securitário, imobiliário, estradas de ferro, empresas de navegação e colonização embora incluíssem também a participação acionária em empresas industriais.

Para Miceli, os grupos dirigentes estaduais, apeados do sistema de poder com a vigência do Estado Novo, aproximaram-se dos supra citados grupos econômicos, o que lhes permitiu uma sobrevivência sem o beneplácito do Estado mas, cerceou suas margens de manobra. Isso se devia à defesa dos interesses privados aos quais estavam ligados e, em consequência, levava à redução das alternativas de aliança política, tanto no interior da classe dirigente, quanto junto aos grupos sociais subalternos.

A esse propósito o mesmo autor estabelece paralelo entre os políticos que vieram a fazer parte da UDN – criada em 1945 – e que são aderentes do "Manifesto" e os que se ligaram ao PSD. Lembra que os primeiros, por suas próprias origens, ocupavam lugar de destaque na hierarquia das profissões liberais. Já os pessedistas, cuja origem era "subalterna aos clãs oligárquicos", emprestavam seu apoio à consolidação de um regime do qual se tornariam fiadores e beneficiários. Quanto aos futuros udenistas, eles se insurgiram contra a extensão do poder público, opondo-se ao intervencionismo com que a nova coalizão de forças procurava conter as demandas dos setores especializados no trabalho político e cultural.

CONTEÚDO DO "MANIFESTO DOS MINEIROS"

"O simples fato de que os dominantes cheguem a ser sensíveis a algum aspecto da contradição sugere que dispõem de recursos para conjurá-la."⁽¹¹⁾ Esta afirmação de Marilena Chauí, em seus "Aportamentos para um crítica da Ação Integralista Brasileira", se aplica, no nosso entender, à mensagem fundamental contida no "Manifesto dos Mineiros".

Diz textualmente o documento:

"Se lutamos contra o facismo, ao lado das Nações Unidas para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais, reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam."⁽¹²⁾

Esta é a grande contradição apontada pelo texto e para a qual o "Manifesto" procura, cautelosamente uma solução. A proposta contida no documento é que se proceda ao "estudo e à preparação de planos para a ponderada reestruturação constitucional da República".⁽¹³⁾

Da leitura do texto se infere uma prudência alicerçada em muitas negações dentre as quais destacamos, logo ao início, "Não é um documento subversivo" ou "Não visamos agitar, nem pretendemos conduzir, nem ensinar mas recordar" . . . Ou ainda " . . . não nos movemos contra pessoas nem nos impele qualquer intuito de ação instigante ou julgadora de atos, gestos ou pregões que estejam transitariamente compondo o presente captivo dos nossos anais".⁽¹⁴⁾

Porém, não é sempre que as frases negativas têm esse caráter prudente. Elas se prestam, algumas vezes, ao repúdio de situações com as quais os signatários romperam. É o caso de parte do texto onde está declarada a intenção dos manifestantes de que não haja volta à situação anterior a 1930. Há também a oposição à hipertrofia do poder Executivo e "a estados de sítio de duvidosa legitimidade e de excessiva duração".

O "Manifesto" contém o reconhecimento de que "o Brasil está em fase de progresso material e tem sabido mobilizar muitas de suas riquezas naturais, aproveitando inteligentemente as realizações do passado e as eventualidades favoráveis do presente". (15)

Procura estabelecer, contudo, uma linha demarcatória entre os homens e as idéias que nortearam a Revolução de 1930 e o Estado Novo. O trecho que se segue é o único momento em que se vê uma alusão explícita ao regime estadonovista:

"Louvando os homens de 1930, civis e militares, pelo desempenho posto na destruição das velhas máquinas eleitorais (...) estamos seguros de que não teremos de assistir à repetição daqueles processos, nem mesmo sob a aparência de ensaios de corporativismo, quando estes se afastam da espontaneidade histórica e se transformam numa simples alavanca de governos de índole fascista". (16)

Embora já tenha sido destacado anteriormente que o Manifesto afirma não ter a pretensão de conduzir, em momento posterior encontramos a referência à responsabilidade dos signatários de "iniciar (...) a preparação do povo mineiro para o exercício de suas prerrogativas". (17)

O conceito em torno do qual gira a expectativa dos que assinaram o documento é o de Democracia mas, eles consideram que "para que a democracia produza frutos, é necessário que o homem da rua e o das classes dirigentes possuam o mesmo apurado sentido de bem comum e a mesma ardente abnegada ambição de servir" (...). (18) Daí, pode-se inferir a importância do papel que os signatários do "Manifesto" se atribuíram.

Mas, que democracia pretendiam eles? Começam por estabelecer o que ela não deve ser: não "a mesma do tempo do liberalismo burguês" (19) Negam também a concepção liberal clássica sobre a sociedade civil ("não se constitui pela aglomeração de indivíduos de orientação isolada, mas por movimentos de ação convergente") (20) Desejam uma reforma democrática que, "sem esquecer a liberdade espiritual, cogite, principalmente, da democratização da economia". (21)

Repudiando o "o domínio do dinheiro", os manifestantes desejam o "estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros (...)". (22) Almejam ainda a abertura de perspectivas para "os moços oriundos de todos os horizontes sociais".

Esperam igualmente que movimentos semelhantes ao seu se propaguem pelos demais estados "a fim de que pela federação e pela democracia possam todos os brasileiros viver em liberdade". (23)

Reeditam portanto a perspectiva que prevalecia anteriormente à Revolução de 1930: Minas - Estado que se projetou por uma atuação política na Primeira República - marcada pelas tradições de civismo, autonomia estadual e democracia, conchama os demais membros da federação a seguir seus passos.

OS DESTINOS DO "MANIFESTO"

Virgílio de Melo Franco, um dos principais articuladores do "Manifesto dos Mineiros" assim se referiu a ele, em 1946:

"Os que em tudo veem apenas os aspectos superficiais fizeram ironias com a linguagem do Manifesto. (...) Desatentos dos efeitos psicológicos, no campo da política prática, nem mesmo viram que a Ditadura só poderia desmoronar se perdesse o devotamento de seus sustentáculos, sobretudo dos que estivessem no comando das Forças Armadas (...)". (24)

Seu irmão Afonso Arinos, também comprometido com a feitura do documento, declarou a propósito em seu livro de memórias:

"Quando preparamos o Manifesto, sabíamos bem que ele só seria apreciado e compreendido devidamente por uma elite intelectual. Mas, não ignorá-

vamos tampouco, que a arregimentação dessas elites, em caso de alarme, iria atingir os meios militares." (25)

De fato, a leitura do texto sugere que estariam mais qualificados para apreciar aqueles dotados de conhecimento e fácil acesso às fontes do saber. Assim, determinada passagem sugere a leitura de vários documentos políticos pertencentes à história do Brasil e mesmo à história das nações, como temas para a necessária meditação.

As referências aos militares são elogiosas e discretas mas fica também evidente que eles são os atores que presidem o cerne da contradição denunciada no texto.

Os articuladores do "Manifesto" detectavam com clareza a divisão que já se processava no seio das Forças Armadas, no que dizia respeito a seu apoio a Vargas. Exemplo disso era a criação da Sociedade dos Amigos da América presidida pelo General Manoel Rabelo e da qual faziam parte alguns dos signatários.

Embora se intitule "Manifesto dos Mineiros", ele tem a pretensão de falar em nome dos e para os mineiros. Estabelecendo uma separação entre as idéias dominantes e os indivíduos dominantes, impede a percepção do "império dos homens", graças à figura "neutra" do "império das idéias". (26)

As denúncias que faz, os anseios que proclama, o encaminhamento apresentado para a consecução desses anseios constituem-se em um universal de difícil questionamento. As imagens das quais se utiliza impedem a percepção da divisão e da contradição.

Trabalha também com a noção de crise e falência das instituições, sugerindo que se trata de um movimento de irracionalidade que invade a racionalidade, gerando sérios transtornos. Porém, essa situação pode ser conjurada, se forem seguidos os caminhos apontados. Isto redundará na restauração de uma ordem de coisas desejada.

A par de seu significado político específico, em momento de questionamento da ditadura estadonovista, o "Manifesto dos Mineiros" cumpre um tripla finalidade: a de ser expressão dos anseios de liberdade mais gerais e comuns a todo o povo brasileiro; a de ser também um fator de coesão ideológica específico para setores da classe dominante que se encontravam na oposição; assim como ser a explicitação das expectativas desse setor da classe dominante com relação à postura das Forças Armadas, após o seu regresso dos campos de batalha europeus.

SIGNIFICADO E REPERCUSSÕES DO MANIFESTO DOS MINEIROS

Apontado por muitos como excessivamente morno e cauteloso, opinião veiculada inclusive pelos próprios membros do governo, (Valadares, interpelado por Vargas a respeito, disse: "Água de flor de laranjeira, não convém dar-lhe importância...") (27) o "Manifesto" causou grande repercussão. Maria Victória Benevides lembra que ele se constituiu na "primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada, organizada por membros das elites liberais (...)" (que procuravam) recuperar a iniciativa política em face das pretensões democratizantes de Getúlio Vargas". (28) Lembra ainda que o Manifesto, ao mesmo tempo em que defendia as liberdades individuais e um Estado de bem-estar social, reivindicava principalmente "maior participação política e econômica para as próprias elites". (29) Mas, por outro lado, o Manifesto dos Mineiros tornava público o fracionamento das camadas dirigentes. (30)

O caráter comedido do texto está diretamente ligado ao fato de que foi produzido e assinado por pessoas que estavam próximas ao poder ou dele haviam feito parte. A suposição implícita nessa maneira de colocar a questão política do país e, em particular, a contradição então acentuada entre sua prática externa e a interna era a de que, pela via legal ou constitucional, se faria a adequação da realidade nacional aos anseios democráticos pelos quais se batalhava na Europa.

Desponta neste texto, contudo, a perspectiva de que o liberalismo burguês por si só não basta mais. É necessário ir além. As demandas populares são cada vez mais

presentes e como-se a isso, a necessidade de competir com o encaminhamento dado por Vargas a esta questão. Os signatários continuam no seu papel histórico de condutores, colocando-se como articuladores da insatisfação de um povo oprimido por longos anos de ditadura.

Alguns, como Décio Saes⁽³¹⁾, veem no "Manifesto" a expressão da tendência liberal anti-popular, que propõe uma redemocratização operada "de cima", uma regeneração política para a qual se faz necessário o concurso das Forças Armadas.

De fato, a UDN, cuja "pedra fundamental" fôra lançada com o Manifesto, incitou os generais a deporem Vargas, o que veio a se consumar em 29/10/1945.

Quanto à reação do Governo à divulgação do documento, sabe-se que seus signatários foram perseguidos e aposentados de cargos públicos ou despedidos de seus empregos. Porém é oportuno recordar que, na reação oficial encontra-se também o critério de classe. O Governo não prendeu os signatários como fazia com os comunistas ou os liberais contestadores da classe média. Para eles não houve Tribunal de Segurança Nacional, nem estadia nos presídios da Ilha Grande e Fernando de Noronha.

A via legal constitucional era um desfecho possível para a ditadura estadonovista, que começara com um golpe apoiado pelas Forças Armadas e que só terminou de fato, com o concurso dos militares, instigados por alguns signatários do "Manifesto".

Porém, a "normalidade democrática" que se seguiu encarregou-se de demonstrar o quão frágil era a sustentação popular das idéias do "Manifesto" e dos futuros membros da UDN, derrotados que foram em 1945 e 1950. Se não é possível esquecer o poder da máquina governamental que garantiu as vitórias da coalizão PSD/PTB naquela época, é igualmente impraticável desconsiderar a pequena ressonância da proposta udenista entre as massas populares.

NOTAS

- (1) SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Práxis Liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa" In: *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- (2) CHAUI, Marilena de Souza. "Apostamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" In: CHAUI, Marilena e Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio, Paz e Terra, 1978. p. 35.
- (3) DULCI, Otávio Soares. A "mineiridade" e a conciliação. Folha de São Paulo, 23/6/1984. p. 37.
- (4) NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio, José Olympio, 1962. p. 138/139.
- (5) FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo*. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1979. p. 363.
- (6) NABUCO, Carolina. *op. cit.* p. 135.
- (7) MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio, José Olympio, 1973. p. 269.
- (8) Aleixo conta como nasceu o Manifesto dos Mineiros. *Estado de Minas* Belo Horizonte, 24 de outubro de 1972. p. 3.
- (9) NABUCO, Carolina. *op. cit.* p. 136/137.

- (10) MICELI, Sérgio. "Carne e osso da elite pouco brasileira" In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1934-1964)*. São Paulo, Difel, 1981. p. 559/596.
- (11) CHAUI, Marilena de Souza. *op. cit.* p. 123.
- (12) Transcrito por OLIVEIRA NETTO, Luís Camilo de. *História, Cultura e Liberdade*. Rio, José Olympio, 1975. p. 228.
- (13) *Idem*, p. 228.
- (14) *Idem*, p. 227.
- (15) *Idem*. *Ibidem*.
- (16) *Idem*, p. 228.
- (17) *Idem*. *Ibidem*.
- (18) *Idem*, p. 229.
- (19) *Idem*, p. 230.
- (20) *Idem*. *Ibidem*.
- (21) *Idem*. *Ibidem*.
- (22) *Idem*. *Ibidem*.
- (23) *Idem*, p. 230, 231.
- (24) FRANCO, Virgílio Alvim de Melo. *A Campanha da UDN (1944/1945)*, Rio, Livraria Zélio Valverde, 1946. p. 13, 14.
- (25) FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *op. cit.* p. 368.
- (26) CHAUI, Marilena de Souza. *op. cit.* p. 119.
- (27) VALLADARES, Benedicto. *Tempos idos e vividos. Memórias*. Rio, Civilização Brasileira, 1966. p. 226.
- (28) BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro*. Rio, Paz e Terra, 1981. p. 35.
- (29) *Idem*. *Ibidem*.
- (30) DULCI, Otávio Soares. A "União Democrática Nacional" e o antipopulismo no Brasil. Belo Horizonte, DCP, 1977 (mimeo.). p. 63.
- (31) SAES, Décio A.M. "Classe média e política no Brasil (1930/1964)". In: FAUSTO, Boris. (org.). *op. cit.* p. 468.